

COMO A VIDA PRODUZ A POLÍTICA? UMA LEITURA SISTÊMICA DE MATURANA E VARELA SOBRE A SOCIEDADE

DOI: 10.17058/barbaroi.v1i61.17052

*

Francisco Luciano Teixeira Filho

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – Brasil

*

Resumo:

Desenvolve-se o conceito de sociedade, em Maturana e Varela, como produto do acoplamento vital do homem. Com essa tese, pretende-se avançar sobre a discussão da necessidade do Estado como garantidor da sociedade. Verificou-se que, para os autores, não só o Estado não é condição de sociabilidade, mas também é, ele mesmo, não social.

Palavras-chave: Maturana, Varela, Política, Vida,

Introdução

Thomas Hobbes, o iniciador da discussão moderna sobre o Estado, afronta diretamente o princípio aristotélico do ζ $\tilde{\varphi}$ ον πολιτικόν (animal político ou social). O homem, apaixonadamente movido, racionalmente motivado, é, na verdade, não social, mas um lobo dos seus pares. Não por uma natureza maléfica, como se interpretou rasteiramente, mas pelo exercício da lei natural de autopreservação. Em um cenário escassez, o homem é levado a se

colocar em confronto com os outros homens, dotados de interesses diversos: daí o estado de guerra e a busca racional pelo estado de paz, pelo pacto.

Desloca-se, assim, o olhar para um problema fundamental da política moderna: o contraste entre os múltiplos interesses privados e a vontade de todos. Isso inaugura, no discurso político moderno, uma separação entre o público e privado; a sociedade civil e o Estado; o interesse individual e o interesse geral; enfim, entre a economia doméstica e a política. A partir de Hobbes, não se concebe mais, na teoria política, que o homem, por pura propensão natural, pode se propor a administrar a cidade, pensando no interesse geral. Só o Estado, como vontade geral, artificialmente criado pelo consenso da multidão, pode conduzir o interesse público, agora defenestrado de vez do campo da vontade privada. Isso torna possível garantir a paz e a segurança na sociedade. A preservação do Estado, portanto, é a coincidência fortuita da vontade individual do príncipe e da vontade de todos. Essa condição estatui a República e garante a paz e a convivência social.

Apesar de bons e fortes opositores, essa concepção estatista permanece viva e influente. Exceto em discursos filosóficos bem ornados, o Estado age e é percebido como o monstro, ao qual Hobbes descreveu, e sua unidade, muito dificilmente desvinculada do interesse geral. Mesmo o anúncio do fim da história, onde o Estado liberal torna-se a última e única grande alternativa para as sociedades humanas, não se põe em dúvida a necessidade do Estado, mas, tão-só, a largueza de sua atuação na sociedade. Com isso, sejam comunitaristas ou liberais; autoritários ou libertários; conservadores ou progressistas; enfim, de uma forma ou de outro, as ideias políticas contemporâneas não alcançaram nenhuma alternativa para o Estado, entendido como garantidor das sociedades humanas.

O presente estudo objetiva expor como o conceito de vida, em Maturana e Varela, conduz ao conceito de sociedade, sem supor o Estado como fiador desse ajuntamento humano. Isso, no entanto, deve ser feito com o cuidado que se deve ter ao trabalhar temas de Filosofía Política com autores que, *a priori*, são referências das Ciências Biológicas. Para tanto, é preciso que o leitor esteja atento a duas coisas: 1) os conceitos da teoria política empregados são mais fracos do que os da tradição, uma vez que os autores nunca se detiveram na determinação exaustiva de cada um deles; e 2) não se suponha, ao caminhar pelo texto, nenhum conceito prévio sobre os temas, mas se descubra, ao caminhar, o que se quer dizer com cada categoria empregada. Essas precauções evitarão enormes mal-entendidos que a leitura pode trazer, principalmente em iniciados nos esquemas conceituais das teorias políticas modernas.

Por fim, faz-se necessário alertar que não será tratada, aqui, a parte técnica da teoria de Maturana, em parceria com Varela, no seu conteúdo relacionado às Ciências Biológicas. Todas as considerações feitas no presente trabalho são referentes às consequências filosóficas de tal teoria. Evidentemente, tal interpretação só se torna possível, para um leigo, graças ao estilo de apresentação fornecida pelos teóricos, em seus livros, que tornam acessíveis as questões mais técnicas.

Nas próximas páginas serão estudados 1) o conceito sistêmico de vida; 2) o sistema neural humano como fonte de infinitos acoplamentos com o meio; e 3) a sociabilidade humana com sua relação direta com a vida dos indivíduos.

Leitura Sistêmica da Vida

Para Maturana e Varela (1998, p. 67 ss), máquina é a unidade de um sistema organizado, composto por diversas partes que se definem pela sua função dentro do próprio sistema. Analogamente, o ser vivo é uma máquina, posto que é sistematicamente organizado, com diversas partes, cujos sentidos só podem ser os das suas funções na dinâmica interna do sistema, ou melhor, são subsistemas.

Primeiramente, é preciso entender que toda máquina, especificamente a viva, precisa manter suas funções internas dentro de determinadas variáveis, fora das quais o seu funcionamento fica prejudicado. Pode-se imaginar isso, por exemplo, no computador que o leitor venha a usar para ler o presente trabalho, cujo processador precisa estar dentro de um limite variável de temperatura que o permite funcionar pleno e com segurança. Não obstante, acontece algo parecido com o próprio leitor, como ser vivo. O sistema vivo tem um conjunto de variáveis necessárias para o seu funcionamento. Se, por exemplo, o leitor estivesse na mesma temperatura interna que o processador do seu computador, certamente não estaria vivo e, portanto, não poderia ler essas linhas. Por essa razão, a máquina viva precisa manter uma dinâmica interna que a permita sustentar esse tênue equilíbrio. Dessa forma, todo sistema vital é dotado da capacidade interna de manter suas variáveis próximas do seu ponto ótimo, possibilitando seu funcionamento enquanto ser vivo. Daí o motivo do suor, quando o homem está em um ambiente quente; da contração dos músculos, além do aumento de circulação sanguínea nas regiões vitais do corpo, em detrimento das periféricas, quando está com frio. Esse processo seria como o sistema de retroalimentação de uma máquina, cujos resultados

determinam as condições iniciais. Na máquina viva, a retroalimentação é chamada de homeostase (Cf. MATURANA; VARELA, 1998, p. 69).

Ficou definido, assim, que o homem é uma máquina viva, o que já diz alguma coisa sobre sua organização interna, porém, não diz nada no sentido de demonstrar uma leitura sistêmica do tema proposto. Toda leitura sistêmica – e essa é a proposta, aqui –, incluindo a da vida, parte do axioma básico do "encerramento operativo", proposto por Luhmann (2011, p. 112). Isso quer dizer, em primeiro lugar, que "o sistema não é meramente uma unidade, mas uma diferença. [...] Para poder ser situado, um sistema (unidade) precisa ser diferenciado. Portanto, trata-se de um paradoxo: o sistema consegue produzir sua própria unidade, na medida em que realiza uma diferença" (LUHMANN, 2011, p. 101). O resultado dessa compreensão aduz, ainda, a definição do próprio sistema que, nas palavras de Luhmann (2011, p. 81), "é a diferença resultante da diferença entre sistema e meio". Isso quer dizer que o ponto de partida de qualquer análise sistêmica é o que se conserva na diferença entre unidade e meio. O produto que se põe como resultado desse contraste externo entre unidade e meio é o próprio sistema em que se encerra suas operações.

A afirmação acima é obscura e carece de explicação. Dizer que o indivíduo só se realiza na medida em que produz a diferença quer dizer que, para o sistema se gestar, ele tem de se autogestar, desde dentro, constituindo-se como estrutura diferente e independente da estrutura do meio. Nesse sentido, Luhmann (2011, p. 103) afirma que "as operações são acontecimentos que apenas surgem no sistema, e não podem ser empregados para defender ou atacar o meio. No plano das operações específicas do sistema, não há nenhum contato com o meio".

Ora, isso não quer dizer que o meio, de fato, não esteja lá. Tal afirmação seria um completo absurdo. O que de fato ocorre é que "o sistema opera no lado interno da forma; produz operações somente em si mesmo, e não do outro lado da forma. Entretanto, o operar dentro do lado interno (portanto, no sistema), e não no meio, pressupõe que o meio exista e esteja situado do outro lado da forma" (LUHMANN, 2011, p. 102).

Como é possível entender, então, esse estado reflexivo, por assim dizer, que se põe como axioma do encerramento operativo? Segundo Luhmann (2011, p. 112), as duas categorias que resumem o encerramento operativo são a (1) auto-organização e (2) a autopoiese.

- (1) Para Luhmann (2011, p. 112), "auto-organização significa construção de estruturas próprias dentro do sistema. Como os sistemas estão enclausurados em sua operação, eles não podem conter estruturas. Eles mesmo devem construí-las".
- (2) Autopoiese é a concepção segundo a qual cada sistema reproduz a si mesmo, a partir de suas estruturas internas. Segundo Luhmann, (2011, p. 113), "Autopoiesis significa [...] determinação do estado posterior do sistema, a partir da limitação anterior à qual a operação chegou". Em outras palavras, a autopoiese é a realização do sistema mesmo, que só pode ser considerado em operação quando passa a realizar a si mesmo, em um dado meio que o atrita.
- (3) Fica patente, assim, o problema da relação do sistema, encerrado em si mesmo, e o meio. A resposta, da questão, de certa forma, já está dada. Luhmann (2011, p.128) mesmo já preconiza que "a distinção sistema/meio faz referência ao fato de que o sistema já contém a forma meio". Isso, pois a teoria do sistema, mesmo partindo do princípio do encerramento operativo, afirma que as mudanças autopoiéticas ocorridas no interior do sistema são causadas por uma inadequação deste com o meio. Por meio do "acoplamento estrutural", assim, o sistema se adpata ao meio circundante e, de alguma maneira, sempre estranho e cheio de cizânia. Disso, temos que as estruturas do sistema "só podem ser efetuadas dentro do sistema (de modo autopoiético)", porém, "não ao bel-prazer do sistema, mas devem se afirmar em um meio que o próprio sistema não pode perscrutar totalmente, e não pode, afinal, incluir em si mesmo, através do planejamento" (LUHMANN, 2011, p.128).

Retornando o fio da meada, tendo compreendido o procedimento metodológico de uma compreensão sistêmica, volta-se, mais uma vez, sobre a obra de Maturana e Varela. Para eles, o homem, como todo ser vivo, é um sistema autopoiético, na forma que vimos acima, o que quer dizer que ele é

[...] uma máquina organizada como um sistema de processo de produção de componentes concatenados de tal maneira que produzem componentes que: i) geram os processos (relações) de produção que os produzem através de suas contínuas interações e transformações, e ii) constituem a máquina como uma unidade no espaço físico. (MATURANA; VARELA, 1998, p. 69).

O que parece complicado em demasia, no texto citado, quer dizer "que os seres vivos se caracterizam por – literalmente – produzirem de modo contínuo a si próprios" (MATURANA;

VARELA, 2001, p. 52). Mais precisamente, a máquina autopoiética é um sistema cujos componente são organizados, ou melhor, *auto-organizados*, de forma tal a produzirem seus próprios componentes e relações, dentro da unidade do sistema, em diferenciação com o meio. Isso quer dizer que cada parte do sistema, ao mesmo tempo que se reproduz para manter o equilíbrio interno dos subsistemas, também reproduz o sistema, em sua singularidade. A máquina viva só tem sentido, portanto, na medida que cada parte do sistema reproduz a sua unidade total, ao mesmo passo que produz a si, em sua função, dentro da organização autopoiética. A máquina humana, deste modo, é uma máquina complexa que produz a si mesma, constantemente.

Para Maturana e Varela, o homem, como todo ser vivo, é uma auto-organização, constituída de forma autopoiética. O corpo humano é caracterizado, especificamente, por produzir a si mesmo; produzir suas estruturas, como ser vivo. As ínfimas moléculas dessa organização estão sempre em uma dinâmica rede de interação, chamada de metabolismo celular (cf. MATURANA; VARELA, 2001, p. 52), cujo resultado total é a própria organização sistemática da unidade viva, desde os seus componentes mais elementares. Isso quer dizer, portanto, que "a organização autopoiética significa simplesmente processos concatenados de uma maneira específica tal que os processos concatenados produzem os componentes que constituem e específicam o sistema como uma unidade" (Maturana; Varela, 2001, p. 70).

A Rede da Vida: sistema autopoiético de segunda ordem

Ainda na esteira da compreensão de Maturana e Varela (2001, p. 55), "seres vivos diferentes se distinguem porque têm estruturas distintas, mas são iguais em organização". Dito de modo diferente, a autopoiética se mantém constante e imutável em todo ser vivo, mas a forma que ela acontece é distinta em cada indivíduo, uma vez que não há acolhimento de estruturas externas, mas, tão-só, auto-organização, que se dá em condições diferentes, levando em consideração a ontogênese do indivíduo, e tendo como amplitude a sua estrutura inicial.

Isso quer dizer, como já se viu, que o ser vivo, auto-organizado, não pode receber de fora nenhuma de suas estruturas. Todavia, todo ser vivo tem uma história, em sua relação com o meio, que repercute na auto-organização própria desse ser vivo. Embora, como já se mostrou, o sistema opere somente internamente, não é indevido pensar que o meio tenha alguma relação com a auto-organização do sistema. Pelo contrário, como já foi dito acima, o sistema

é, por definição, o resultado da diferença entre o próprio sistema e o meio. Como seria possível conceber a relação com o meio sem contrariar o princípio do encerramento operativo?

A resposta ao paradoxo proposto acima se dá por meio da ideia de adaptação, conduzida para dentro da teoria dos sistemas. O processo adaptativo decorre da compreensão de que o ser vivo é maleável para lidar com seu ambiente, sem romper com seu encerramento operativo. Do contrário, não seria possível pensar uma rede vital, por exemplo. Esse processo se dá por meio do já citado "acomplamento estrutural" (MATURANA; VARELA, 2001, p. 87) do indivíduo com a estrutura do meio, que pode, inclusive, ser outro ser vivo. Para Maturana e Varela, isso se dá em dois momentos: o primeiro é a perturbação do sistema, provocada pelo meio; a segunda, a resposta interna do sistema, ou seja, o acoplamento da estrutura ao meio. Esse processo modifica cada indivíduo, mantendo, no entanto, seu sistema autopoiético intacto. O conjunto dessas modificações estruturais, ao longo da existência de um indivíduo, se chama ontogenia (Maturana; Varela, 2001, p. 86).

Vale destacar a importância dessa teoria para a constituição do problema aqui proposto: a estrutura de cada ser vivo é flexível em graus distintos. A história ontogênica de um indivíduo, nesse sentido, "começa com uma estrutura inicial, que condiciona o curso de suas interações e delimita as modificações estruturais que estas desencadeiam nele" (MATURANA; VARELA, 2001, p. 107). Uma célula, por exemplo, tem uma possibilidade de acoplamentos bastante reduzida, devido sua estrutura inicial simples. Todavia, o acoplamento simples de cada célula é o que possibilita a existência dos animais multicelulares (e metacelulares), como o homem, por exemplo, constituído de um sem-número de unidades autopoiéticas, onde emerge um "sistema autopoiético de segunda ordem" (MATURANA; VARELA, 2001, p. 100), com seu cérebro capaz de pensar sobre a organização de sua própria vida. Enfim, somos – eu, que escrevo, e você, que lê – o estado da arte de um infindável número de acoplamentos estruturais, num infindável número de perturbações do meio.

O surgimento de um sistema nervoso, na história da evolução, deu aos seres vivos multicelulares – em especial ao homem – uma capacidade extremamente elevada para lidar com o meio e, portanto, com os outros indivíduos da mesma espécie. O sistema nervoso é definido como "uma rede de neurônios interatuantes, acoplados de três maneiras ao organismo que integram" (MATURANA; VARELA, 1998, p. 122): 1) o sistema autopoiético dotado de um subsistema nervoso fornece aos neurônios os elementos necessários para a sua

própria autopoiese; 2) estados do sistema autopoiético dotado de subsistema nervoso modificam o estado do subsistema nervoso; 3) estados do subsistema nervoso modificam o estado do sistema autopoiético dotado de subsistema nervoso (Cf. MATURANA; VARELA, 1998, p. 122).

O sistema nervoso, portanto, atua sobre o conjunto do organismo, por meio de acoplamento estrutural, da mesma forma que o organismo atua sobre o sistema nervoso. Desse modo, os acoplamentos do sistema autopoiético de segunda ordem são produtos de mudanças estruturais, propiciadas por um processo de acoplamento estrutural interno de cada uma das partes do sistema de segunda ordem. O que se segue é que todo acoplamento do sistema dotado de uma rede neural se dá por meio de uma mudança estrutural nos acoplamentos do sistema nervoso. Ora, um sistema nervoso mais complexo, claro, resulta em acoplamentos mais complexos. Por fim, não é difícil deduzir que "como pode haver uma quantidade praticamente ilimitada de estados possíveis dentro dessa rede, os comportamentos possíveis dos organismos também podem ser praticamente ilimitados" (MATURANA; VARELA, 2001, p. 177).

Vale destacar, para finalizar essa parte da exposição, para fins metodológicos, o conceito de *complexidade*, gestado, na teoria dos sistemas, dentro dessa interrelação entre sistema e meio. A abordagem preconiza, dito de forma simples, o seguinte: complexidade é a variável de "possíveis acontecimentos e dos possíveis processos" (LUHMANN, 2011, p. 184). Assim, o meio é sempre dotado de mais complexidade do que o sistema (LUHMANN, 2011, p. 178s), posto que a tarefa deste último é a redução das possibilidades, por meio do acoplamento estrutural. Assim,

[...] partindo-se dessa representação elementar de um gradiente de complexidade entre sistema e meio, tem-se que o sistema opera de maneira seletiva, tanto no plano das estruturas, como no dos processos: sempre há outras possibilidades que podem ser selecionadas, quando se tenta atingir uma ordem (LUHMANN, 2011, p. 184)

A questão central da complexidade do sistema implica que seu acoplamento estrutural significa sempre a redução da complexidade, ou melhor, a seletividade de interações a uma interação específica com o meio. Este último, por sua vez, permanece sempre um espaço de perturbação, mas o sistema precisa bancar estruturas e processos com os quais vai lidar com aquela perturbação específica do meio.

A Rede Social: sistemas autopoiéticos de terceira ordem

Percebe-se, assim sendo, que a relação do homem com o seu meio se dá por intermédio do acoplamento estrutural seletivo como em outros seres vivos. Todavia, o sistema nervoso extremamente desenvolvido, tal como se encontra no homem, permite-lhe comportamentos dos mais diversos, além da coordenação desses comportamentos por meio da linguagem. Com isso, se diz muito: a sua alimentação, sua procriação, suas emoções, sua linguagem, seu conhecimento, sua ciência, sua religião, sua autorreflexão, a Filosofia, a própria sociedade, enfim, são histórias de seres biológicos, com uma rede neural extremamente desenvolvida, se acoplando seletivamente ao seu meio, por meio de suas emoções e seu legado cultural (MATURANA; VERDEN-ZOLLER, 2004, p. 36).

A ontogenia do homem é alimentada pelas imensas possibilidades de mudanças estruturais, tanto no sentido de multiplicar os estados possíveis de sua própria organização, quanto a abertura do mesmo para novas seleções de acoplamentos estruturais inéditos, uma vez que a própria sociedade é, por definição, um sistema autopoiético de terceira ordem (MATURANA; VARELA, 2001, p. 195). A motivação da ação, ou seja, as emoções, "surgem em nós a cada instante, no entrelaçamento de nossa biologia com nossa cultura e determinam, a cada momento, nossas ações" (MATURANA; VERDEN-ZOLLER, 2004, p. 36).

A sociedade, dessa forma, é um sistema de acoplamento entre diversos indivíduos da espécie humana (não só homens têm acoplamentos de terceira ordem), possibilitado pelo seu sistema nervoso desenvolvido e pelo legado histórico-cultural. Isso quer dizer, portanto, que a sociedade é resultado de acoplamentos biológicos, mediados culturalmente. Mas isso parece ser contraditório com a tese inicial do encerramento operativo, apresentada acima.

Cada indivíduo, como organização autopoiética, é um sistema fechado que, ao ser perturbado, determina a mudança de sua própria estrutura, a fim de se adequar a essa perturbação. Desse modo, até agora, só o que se sabe é que, "do ponto de vista da dinâmica interna de um organismo, o outro representa uma fonte de perturbações" (MATURANA; VARELA, 2001, p. 200). Como, no entanto, a política pode ser concebida a partir da vida?

A política como produto da vida

Espera-se, quando falamos que a vida produz política, algo mais do que um mero ajuntamento social, próprio às formigas, às abelhas, aos lobos e aos homens. Essa era a expectativa de Aristóteles, por exemplo, em sua *Política*, quando afirmou que a sociabilidade não é exclusividade do homem, mas que o homem é um $\zeta \tilde{\varphi}$ ov πολιτικόν, num sentido bem específico, porque dotado de λ όγος, de palavra, de discurso.

Essa questão é reapresentada, contemporaneamente, por Hannah Arendt, quando afirma que o homem é dotado de uma vida ativa e, entre essas atividades, a ação é aquela que só pode ser exercida em conjunto com outros homens. Esse tipo de atividade chama-se política. Aquilo que Aristóteles denomina de ζῷον πολιτικόν, animal político, é aquele indivíduo que tem a "capacidade da πράξις (ação), e do λέξις (palavra)". Mais especificamente, essa ação não tem a característica de violência, de coação ou de hierarquia. Ela implica que, no campo da ação política, o principal gesto é o próprio discurso, capaz de convencer e coordenar as ações dos iguais na Πόλις.

Arendt (2014, p. 29) chega a afirmar, na interpretação de Aristóteles, que "a companhia natural, meramente social, da espécie humana era vista como uma limitação imposta a nós pelas necessidades da vida biológica...". Mas completa: "a definição de Aristóteles do homem como ζῷον πολιτικόν não apenas não se relacionava com a associação naturalmente da vida doméstica, mas era até oposta a ela." (ARENDT, 2014, p. 32). Segundo Arendt, a vida doméstica era marcada pela desigualdade e pela violência, enquanto a vida política era caracterizada pela liberdade e pela igualdade. Por definição, então, "ser político, viver em pólis, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não força e violência" (ARENDT, 2014, p. 32).

Notem que, como dissemos acima, os conceitos da ordem da Filosofia Política aplicados aqui são fracos, visto que Maturana e Varela não se dedicam, profundamente, a tratar do assunto. Foi preciso, portanto, que o autor desse texto costurasse uma terminologia, rejeitando, em grande medida, a tradição da teoria dos sistemas (incluindo Luhmann), para fazer jus ao que queriam dizer os dois biólogos estudados. Esse breve excurso a Aristóteles, via Arendt, tem o objetivo de explicitar uma terminologia da tradição que, ao que pensamos, melhor explica o que Maturana e Varela dirão sobre a sociedade. Justificamos, assim, aquilo que servirá de baliza para a compreensão da política, segundo nossa interpretação de Maturana e Varela. Política, assim definida, significa o ato em que a própria forma de associação se encontra sob

o domínio do discurso, da linguagem, da palavra; sem pressupor a violência, que aqui, como para Arendt, é pré-política.

O leitor poderia questionar por qual razão não nos prendemos ao vocabulário de Luhmann (2016), em seu *Sistemas Sociais*, já que ele vem sendo referência metodológica desde o início do texto. A resposta, sem grandes rodeios, é: o seu vocabulário não parece expressar o que Maturana e Varela querem dizer. Uma vez que Luhmann (2016, p. 462) abdica da "semântica arcaica europeia", partindo, por sua vez, da crítica do léxico moderno da política liberal europeia, já não conteria em seu jargão algo que contemplasse aquilo que os textos dos biólogos, bem menos interessados em tratados de teoria política, estaria por nos informar. Para o bem da exegese, o caminho escolhido, embora mais tortuoso, produz um pouco mais de efeito, tanto no sentido hermenêutico, quanto do óbvio discurso militante, visível nos textos estudados.

Retomando a seção anterior, até o momento, chegamos à explicação biológico-sistemática da sociedade. Mas a política, produzida pela vida, pressupõe algo mais, de acordo com os parágrafos que iniciam essa seção. Apresentamos, nesse texto, que a sociedade humana é uma espécie de organização viva e autopoiética. Isso implica que a leitura trazida é absolutamente diversa de qualquer interpretação funcionalista da sociedade. Quando se diz que a sociedade é uma organização autopoiética, dizemos que cada indivíduo vivo concentra em si a autonomia, derivada do seu encerramento operativo. Mas dizemos, também, que o acoplamento coletivo desses sistemas de segunda ordem produz um sistema de terceira ordem. Mesmo que ainda não tenhamos, com isso, política, mas apenas uma forma rudimentar de entender a sociedade. Nesse ínterim, porém, há algo que deve nos chamar atenção: o desenvolvimento do cérebro humano.

Ao contrário do que acontece com os acoplamentos de outras espécies vivas, onde o ajuntamento social é algo inconsciente para a própria espécie, ao falarmos de sociedade humana, nesse texto, falamos de uma sociedade qualificada, cujos indivíduos, como partes de um sistema vital, têm autonomia na fabricação de si e do sistema que ele integra, além autoconsciência, pondo-se como observador externo, desse acoplamento estrutural. Isso nos permite compreender que a sociedade humana transforma a sua própria sociabilidade em objeto de reflexão, uma vez que é capaz de observá-la como um terceiro, e discutir sobre as condições desse próprio ajuntamento social. Portanto, o que temos é uma mudança qualitativa da sociabilidade para a política, conforme a linguagem proposta acima.

Maturana é bem claro, quanto a essa mudança para as qualidades políticas da sociedade humana, quando se refere ao surgimento da democracia grega: "a democracia surgiu na praça do mercado das cidades-estado gregas, a Ágora, enquanto os cidadãos conversavam sobre os assuntos da sua comunidade e como resultado de suas conversações sobre tais assuntos" (MATURANA; VERDEN-ZOLLER, 2004, p. 87).

Fica evidente, como se pode notar, que o acoplamento humano que dá origem ao estado político é linguístico por excelência. Avançaremos sobre essa questão da linguagem.

Para Maturana, quando se diz que o homem é racional, perde-se de vista um enorme elemento determinante dos acoplamentos: as emoções. Sem meias palavras, o que ele diz é: "todo sistema racional tem um fundamento emocional" (MATURANA, 2009, p. 15). E define: "emoções são disposições corporais dinâmicas que definem os diferentes domínios de ação em que nos movemos" (MATURANA, 2009, p. 15).

Ora, para Maturana e Varela, a máquina autopoiética é aquela máquina que produz a si mesma, ou seja, dá a si a lei que determina o seu modo de ser (MATURANA; VARELA, 2001, p. 55). Isso quer dizer que qualquer perturbação externa é incapaz de interferir na organização e na estrutura interna do ser vivo, sendo-lhe apenas uma excitação, que não determina a dinâmica estrutural do sistema excitado. Isso quer dizer que os sistemas autopoiéticos

não admitem interações instrutivas, e tudo o que acontece neles, acontece como mudança estrutural determinada em qualquer instante em sua estrutura, seja no curso de sua própria dinâmica interna, seja deflagrada – mas não especificada – pelas circunstâncias de suas interações. (MATURANA, 2001, p. 127).

O sistema autopoiético, por conseguinte, é um estado de autonomia completa; de liberdade de autodeterminação. Para os autores chilenos, apesar de ter sua estrutura completamente determinado por sua filogenia e por sua ontogenia, o ser autopoiético vive, em cada novo acoplamento, a imprevisibilidade de uma experiência de "liberdade criativa" (MATURANA; VARELA, 2001, p. 139). Isso se dá, principalmente, com os sistemas dotados de uma rede neuronal complexa, como o homem, que permite uma infinidade de domínios de acoplamentos estruturais, além da consciência de sua própria autonomia. Toda essa liberdade não significa que os comportamentos não sejam previsíveis. Um estado emotivo é exatamente uma dessas limitações de domínios de ações. Em determinado estado emotivo, o homem pode estar mais propenso à paz, à guerra, ao ódio, ao amor, à reflexão, à prática, enfim, "todas as

ações animais surgem e são realizadas em algum domínio emocional" (MATURANA, 2001, p. 129).

Destacou-se, acima, que a única diferença estrutural capaz de distinguir o homem dos outros seres vivos é a dimensão do seu cérebro, ou seja, a complexidade da sua rede neural. De fato, o leitor atento deve ter percebido que a autonomia, a liberdade, a autopoiese, os acoplamentos estruturais, enfim, são comuns a todos os seres vivos e, conforme o método, a todo sistema. O que distingue o homem dos outros sistemas autopoiéticos, seja uma bactéria ou qualquer outro ser biológico conhecido, é a complexidade do seu sistema nervoso, que propicia uma infinidade de acoplamentos estruturais, inclusive aqueles que produzem sistemas de terceira ordem. Mas como surgiu esse cérebro desenvolvido?

Para Maturana, "a história do cérebro humano está relacionada principalmente com a linguagem". E arremata: "o peculiar do humano não está na manipulação [polegar opositor], mas na linguagem e no seu entrelaçamento com o emocionar" (MATURANA, 2009, p. 19). Vejamos isso com mais calma.

Em Maturana, deve-se entender a linguagem, pelo que foi dito, como um acoplamento estrutural ocorrido graças a uma *perturbação frequente*, proveniente do meio em que o indivíduo se encontra. Sabendo que cada indivíduo humano é uma organização autopoiética e autônoma, a sua interação com os outros homens gerou um acoplamento recíproco capaz de produzir uma estrutura de "desencadeamento mútuo de comportamentos coordenados que se dá entre membros de uma unidade social" (MATURANA; VARELA, 2001, p. 214). A criação de consenso, pela linguagem, se apresenta como um caminho para a política, não para a mera associação, como já dissemos.

Toda a história ontogênica das organizações autopoiéticas, como foi mostrado acima, é marcada por seu acoplamento com o meio. A partir de uma estrutura inicial, a organização vai se acoplando ao exterior com as condições dadas por suas estruturas. O que se deve entender é que o meio não é absolutamente estático, nessa relação. Ele exerce influência sobre os indivíduos, inclusive meios que podem extinguir sua vida. Por isso, "a manutenção dos organismos como sistemas dinâmicos em seu meio aparece como centrada em uma compatibilidade organismo/meio" (MATURANA; VARELA, 2001, p. 115), ou melhor, a unidade autopoiética, para se manter, precisa ser adaptada ao seu próprio ambiente¹.

-

¹ Trata-se da Teoria da Seleção Natural, de Charles Darwin, conhecida como Teoria da Evolução. Não é objetivo dessa monografía desenvolver a teoria de Darwin. A mesma pode ser bem conhecida, em suas versões mais recentes, nos seguintes livros: DAWKINS, Richard. *A grande história da evolução*: na trilha dos nossos

Isso quer dizer que as condições iniciais do organismo, que delimitam sua possibilidade de adaptação ao meio, também delimitam sua capacidade de sobreviver e reproduzir, perpetuando sua linhagem, ou não. Nessa história filogenética do homem, aqueles que se adaptaram melhor foram aqueles dotados de uma estrutura inicial capaz de produzir linguagem. O processo de desenvolvimento cerebral, por essa razão, para Maturana, é relacionado fortemente com o desenvolvimento da linguagem, entendida como "coordenações de ações, mas não com qualquer coordenação de ações, apenas com coordenações de ações consensuais" (MATURANA, 2009, p. 18) entre os diversos indivíduos de um grupo. Isso tornou-se critério de seleção da espécie.

Mas se a linguagem é uma estrutura de coordenação de ações consensuais, é patente que ela é uma estrutura entre homens que precisam estar acoplados uns aos outros de forma estável e duradoura. Sabendo que toda ação humana tem seu fundamento em uma emoção, ou melhor, numa disposição corporal própria, é preciso que exista uma emoção que propicie esse acoplamento estável e duradouro entre os indivíduos da espécie humana. Para Maturana (2009, p. 22), essa emoção é o amor, entendido como "emoção que constitui o domínio de ação em que nossas interações recorrentes com o outro fazem do outro um legítimo outro na convivência". Ou seja, "sem uma história de interações suficientemente recorrentes, envolventes e amplas, em que haja aceitação mútua num espaço aberto às coordenações de ações, não podemos esperar que surja a linguagem" (MATURANA, 2009, p. 4).

Sem que exista linguagem, não existe o humano, já que a história filogênica da espécie se baseia no desenvolvimento de suas redes neurais, propiciada pela linguagem. Por isso, só com amor, ou seja, com a aceitação mútua entre os indivíduos da espécie, pode existir o *homo sapiens*. Isso quer dizer que o humano só pode existir em acoplamento estrutural com outros homens, isto é, em sociedade e, como vimos, politicamente.

O fenômeno político, para Maturana e Varela (2001, p. 214), "se baseia no fato de que os organismos participantes satisfazem suas ontogenias individuais principalmente por meio de seus acoplamentos mútuos, na rede de interação recíprocas que formam ao constituir as unidades de terceira ordem". Mas como podemos notar, de acordo com a delimitação arbitrária, porém, bem justificada, essa sociabilidade se dá por intermédio da linguagem, tendo como objeto a própria sociabilidade. Isso quer dizer que a sociabilidade humana é, por sua constituição própria, política.

ancestrais. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Ou: DAWKINS, Richard. *O maior espetáculo da Terra*: as evidências da evolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Compreendemos que a política é um acoplamento estrutural de terceira ordem, produzida pelos homens, cujos comportamentos se articulam graças ao amor, por meio de suas relações de consenso e aceitação mútua. Isso quer dizer que o fenômeno político é uma estrutura natural daquilo que é propriamente humano, sem a qual o homem, na sua história filogenética, não teria desenvolvido tão grandemente a sua capacidade adaptativa. Mas esse estado político, que forma a vida humana, tal como conhecemos, é mediado linguisticamente; requer consensos, acordos e disposições para a ação.

Pode-se afirmar, com tudo que foi dito, que "os indivíduos em suas interações constituem o social, mas o social é o meio em que esses indivíduos se realizam como indivíduos" (MATURANA, 2014, 49). Aqui se retoma, dando reconhecimento tardio a Aristóteles, a tese de que o homem é um animal político. Se, para Aristóteles, o homem é político porque também é racional e linguístico, Maturana deveria lhe dar razão, contra a teoria política individualista, que supõem que o político (Estado) está apartado do social. Para Maturana, pelo contrário, a sociabilidade humana é-lhe natural, mas sua forma de ser é, necessariamente, política.

Poderia ser dito, contra a tese da política pré-estatal, que o Estado Moderno foi a maneira que o homem encontrou, dentro de suas potencialidades estruturais, para manter a sociedade, a linguagem, a razão, enfim, a sua forma de vida. Contra essa possibilidade, Maturana (2009, p. 22s) argumenta que "a linguagem, como domínio de coordenações consensuais de conduta, não pode ter surgido da agressão, pois esta restringe a convivência". Ora, a ideia Moderna de Estado é aquela do monopólio da violência, logo, a estabilidade necessária, ao longo de milênios de seleção natural, não seria possível, e a espécie humana teria fracassado.

É evidente, em Maturana, que a construção de estruturas de linguagem exige uma estabilidade constante da convivência, para que o consenso ao redor da interação se desenvolva, que só pode vir de uma vivência política e de aceitabilidade. Nesse sentido, baseado no amor, o homem mantém relações políticas com o objetivo de conservar seu modo de vida. Dessa forma específica, fica estabelecido que só há convivência verdadeiramente social entre homens, ou seja, política, quando a acoplagem se baseia no domínio do amor, ou melhor, na aceitação mútua e não violenta. O próprio Luhmann (2016, p. 462), quando vai tratar da questão das interações sociais, afirma

[...] elas só são possíveis com base na certeza de que a comunicação social já teria transcorrido antes do começo do episódio, de tal modo que se pode pressupor

sedimentações de uma comunicação anterior; e elas só são possíveis porque se sabe que a comunicação social também será possível depois do fim do episódio.

A estabilidade linguística necessária para as interações sociais é possível exatamente porque a sociedade não é uma interação qualquer, mas o sistema pelo qual se dá todas interações mediadas pelos sistemas linguísticos. Ora, o trocadilho é inevitável: o que vem primeiro: a sociedade ou o indivíduo? A resposta é inequívoca: a sociedade. Mas não qualquer sociedade: é aquela que se tem por objeto, ou seja, a política.

Para finalizar, é importante ressaltar que nem toda convivência se baseia no amor. Claro que só é social aquela convivência que se dá na aceitação tácita do outro na convivência, sem a qual, não existiria a linguagem e o consenso na coordenação das ações e, por fim, a política. Relações de domínio, de controle, de submissão, enfim, não são relações de amor, pois não aceitam o outro, pois o forçam ao convívio. Relações desse tipo são instáveis e não duram muito, já que a truculência será sempre mútua.

Esse, sem dúvidas, não poderia ser o estado filogenético do homem. Como poderia surgir linguagem, entendida como consenso, se cada indivíduo se odiasse e pretendesse a morte do outro? Mesmo pensando que a linguagem possa ter surgido de uma convivência forçada, totalmente apartada da aceitação mútua, mas por imposição, ainda assim não seria possível ter a linguagem e, dessa forma, o homem como se conhece hoje. Por mais que algum controle fosse possível por um extenso período, o desenvolvimento da linguagem se deu ao longo de milhões de anos. Nenhum Leviatã sobreviveu tanto para manter a imposição de uma convivência por tempo suficiente. Além disso, pesquisas antropológicas, como as de Clastres (2013), mostram que sociedades inteiras existiram, por gerações, sem a presença de qualquer espécie de poder parecido com o Estado.

Tem-se que afirmar que a situação de política é o estado inicial do homem, mas também se constata, ao longo dessa história, uma série de relações de acoplamento que não são políticas, no sentido estrito apresentado acima, mas violentas. A única solução possível para entender como aparecem convivências não políticas ao longo da história humana, sendo sua condição inicial a de sociabilidade, é aceitar que, "no âmbito do humano (...) a competição se constitui culturalmente" (MATURANA, 2009, p. 21).

Todo acoplamento estrutural, uma vez que é uma condição básica de existência da organização autopoiética no seu meio, é um domínio de ação natural. Nesse sentido, o acoplamento estrutural que deu origem ao Estado também é natural. Ele é resultado da autonomia dos sistemas autopoiéticos. Todavia, essa forma de dominação não é a condição estrutural inicial do homem, como foi mostrado, e nem mesmo pode ser descrita como política, no sentido estrito. O Estado, que no jargão moderno tornou-se sinônimo de política, se são aceitos os conceitos descritos aqui, é uma condição de não sociabilidade e de contrariedade com aquilo que define o humano, em sua história filogenética. Precisamente falando, o Estado, tal como Hobbes e outros entendem, não só não foi e não é necessário para a manutenção da sociedade humana, como sua própria existência é uma condição não política, surgida depois de consolidadas as estruturas filogênicas fundamentais do ser humano, como resultado de emoções diversas daquelas que lhe deram origem. Ora, "a sociedade é o sistema social autopoiético *par excellence*" (LUHMANN, 2016, p. 464), como ela poderia ser administrada desde fora, se encerrada operativamente?

É nesse sentido que entendemos a seguinte citação de Capra e Luisi (2014, p.379s):

[...] organismos e sociedades humanas são, portanto, tipos muito diferentes de sistemas vivos. Regimes políticos totalitários frequentemente restringem com severidade a autonomia de seus membros e, ao fazê-lo, os despersonalizam e desumanizam. Desse modo, sociedades fascistas funcionam mais como organismos, e não é uma coincidência o fato de as ditaduras muitas vezes gostarem de usar a metáfora da sociedade como um organismo vivo.

Esse jogo de aparência do fascismo com o social despersonalizado é exatamente porque o fascismo lida com o jargão moderno da política, o Soberano é o representante de um Povo sem rosto e o Estado é o monopólio da violência. Todavia, essa comparação do Estado fascista ou de qualquer sociedade baseada na violência com a política produzida pela vida é, segundo buscamos demonstrar, uma contrariedade com o próprio sentido do termo.

Considerações Finais

Desenvolveu-se, acima, a forma como Maturana e Varela entendem o homem como organismo autopoiético, dotado de uma enorme capacidade de acoplamento com o meio. Em seguida, observou-se que a linguagem é, na história da evolução, o fenômeno adaptativo que possibilitou o desenvolvimento do sistema neural humano. Mostrou-se que, para Maturana, a sociabilidade é condição de possibilidade do surgimento da linguagem, sem a qual, o homem não teria se humanizado. Nesse sentido, foi evidenciado que o fundamento da espécie humana é o amor, entendido como a aceitação mútua entre os indivíduos em convivência. Somente com essa emoção foi possível que a linguagem se desenvolvesse e, com ela, as redes neurais do homem ganhassem as proporções que têm hoje, ao longo do processo de seleção natural.

Percebeu-se, com isso, que a sociabilidade, favorecida pelo amor, é condição indispensável para o humano, onde se concluiu que o Estado (entendido como entidade política externa e governante da sociedade) não é necessário para o surgimento e, nem mesmo, para a manutenção da sociedade política, já que o estado inicial da espécie humana não é o de guerra, mas baseada na aceitação do outro como legítimo na convivência. Todavia, foi necessário afirmar que o Estado é um fenômeno natural, mas posterior às formações das condições estruturais que fazem do homem, homem. Ele – o Estado – só surgiu culturalmente, ao longo da história recente da espécie humana, e não só não é necessário para a sociedade política, como também não é político, no sentido estrito. Quiçá, o Estado seja, ele mesmo, o grande motivo da guerra de todos contra todos, uma vez que essa condição conflituosa generalizada só surgiu em períodos em que se podia vislumbrar alguma forma de Estado ou de governo.

Por fim, o presente trabalho não pretende ser uma pedra contra vidraça. Seria muita pretensão de um trabalho teórico querer ser mais do que um trabalho teórico. O que se buscou, aqui, foi a refutação de uma tese difundida e, hora ou outra, reavivada, de que sem o Estado não existe sociedade humana. A história da nossa espécie, conforme afirma a biologia contemporânea, é marcada pela sociabilidade. O Estado (como campo da política), assim como diversas formas de dominação política, militar e econômica, são fenômenos culturais, só aparecidos depois que o homem já estava plenamente formado e linguisticamente concatenado. Nesse sentido, o Estado não é uma forma de cooperação entre os homens, mas uma institucionalização do controle, como foi mostrado e argumentado acima.

HOW DOES LIFE PRODUCE POLITICS? A SYSTEMIC READING OF

MATURANA AND VARELA ON SOCIETY

Abstract:

The concept of society, in Maturana and Varela, is developed as a product of man's vital

coupling. With this thesis, it intend to advance on the discussion of the need of the State as

guarantor of society. It has been found that, for the authors, not only the State is not a

condition of sociability, but it is also not social.

Keywords: Maturana. Varela. Politics. Life.

¿CÓMO PRODUCE LA VIDA LA POLÍTICA? UNA LECTURA SISTÉMICA DE

MATURANA Y VARELA SOBRE LA SOCIEDAD

Resumen:

El concepto de sociedad se desarrolla, en Maturana y Varela, como producto del acoplamiento

vital del hombre. Con esta tesis pretendemos avanzar en la discusión de la necesidad del

Estado como garante de la sociedad. Se encontró que, para los autores, el Estado no solo no es

una condición de sociabilidad, sino que tampoco es social.

Palabras clave: Maturana. Varela. Política. La vida.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. A condição humana. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense

Universitária, 2014.

DAWKINS, Richard. A grande história da evolução: na trilha dos nossos ancestrais. São

Paulo: Companhia das Letras, 2009a.

. O maior espetáculo da Terra: as evidências da evolução. São Paulo: Companhia

das Letras, 2009b.

LUHMANN, Niklas. Introdução à teoria dos sistemas. Petrópoles: Vozes, 2011.

Sistemas sociais : esboço de uma teoria geral. Petrópoles: Vozes, 2016.
MATURANA, Humberto. Cognição, ciência e vida cotidiana. Belo Horizonte: Ed. UFMG,
2001.
Emoções e linguagem na educação e na política. Belo horizonte: Editora UFMG
2009.
A ontologia da realidade. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. De máquinas y seres vivos : autopoiesis: la organización de lo vivo. Santiago: Editorial Univertitaria, 1998.
A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo
Palas Athena, 2001.
MATURANA, Humberto; VERDEN-ZOLLER, Gerda. Amar e brincar: fundamentos
esquecidos do humano. Trad. Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athenas
2004.

Sobre o autor:

Francisco Luciano Teixeira Filho é professor de Filosofia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Brasil; Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil (2018); Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará(UFC), Brasil (2012); Graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil (2014). E-mail: luciano.teixeira@uece.br. Lattes:http://lattes.cnpg.br/0230914383938746.